

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO III- Nº 19 - JANEIRO/FEVEREIRO DE 2015

EDITORIAL

A grande batalha

Esse número do Jornal do Professor está dedicado a grande batalha que foi a aprovação da adesão do Hospital das Clínicas da UFG à Ebserh. Durante o período de discussão, foi constatada grande abertura da Reitoria. Reafirmamos que esse processo foi democrático, houve muita discussão e decisão colegiada. Em nenhum momento se verificou imposição de opinião da Reitoria da UFG. Por outro lado, observou-se certa intolerância por parte de alguns membros do Consuni, professores, técnicos-administrativos e alunos, que não aprovavam a adesão. Essa intolerância ficou clara no dia 05 de dezembro, após o término da sessão que aprovou a adesão do HC à Ebserh, gerando momento de grande tensão. Ao sair da Biblioteca Central até o prédio da Reitoria, o reitor da UFG foi cercado por docentes e discentes que não concordaram com a decisão tomada, causando durante algumas horas uma situação de estresse e descontrole. A foto da capa mostra o reitor sitiado pelos opositores que não permitiam que ele entrasse no prédio da Reitoria. Em três páginas com fotos mostramos os momentos intensos do debate. Sobre esse assunto, o JP também publica artigos sobre opiniões diferenciadas do processo, reportagens sobre exemplos de adesões de Hospitais Universitários de outros Estados e também a experiência positiva do modelo de gestão tripartite da Maternidade Dona Íris em Goiânia.

O Jornal do Professor, a partir desse número, começa a publicar artigos de interesse social, político e econômico que muitas vezes são difundidos apenas nas redes sociais e desconhecidos do público da academia. Nesta edição, por exemplo, confira o artigo do destacado professor Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra, interpretando a sua maneira o ataque ao semanário francês Charlie Hebdo.

Finalmente, na página dedicada ao Perfil, prestamos uma justa homenagem ao Professor Emérito Joffre Marcondes de Rezende pelo incansável trabalho em prol da formação de profissionais médicos que tiveram ensinamentos de ética, profissionalismo e honradez.

Desejamos a todos os docen-

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

EBSERH ASSUME O HC

Desgastante processo de aprovação

Expectativa é de gestão de excelência

Docente defende modelo tripartite



Macloys Aquino

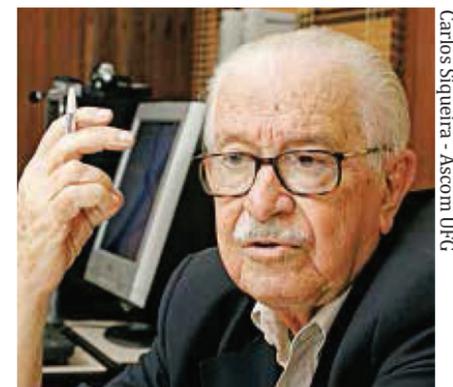
Reitor Orlando Amaral é cercado por técnico-administrativos, professores e estudantes, que exigiam reabertura das negociações, no estacionamento da reitoria, minutos depois do Consuni aprovar o contrato da Ebserh: tensão e jogo político. Páginas 8 a 12

Última parcela do acordo

Docentes das instituições federais de ensino superior (Ifes) terão reajuste salarial a partir de 1º março de 2015, quando entra em vigor a terceira e última parcela prevista na Lei 12.772/12, efeito do acordo entre Proifes-Federação e governo federal. Confira tabelas. Página 5

março
2015

HOMENAGEM PÓSTUMA Professor Joffre Marcondes de Rezende faleceu em 26 de janeiro de 2015



Carlos Siqueira - Ascom UFG

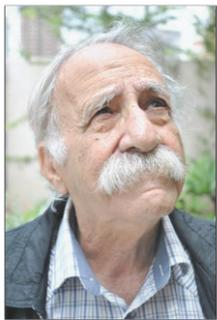
Uma homenagem pelo trabalho de formação de médicos que receberam ensinamentos de ética, profissionalismo e honradez. Página 16



Leo Macário

TEATRO - Sétima edição do Festival Universitário de Artes Cênicas de Goiás (Fuga 7), da Emac, se consolida como referência na produção cênica goiana. Página 15

ARTIGO
Boaventura de Sousa Santos
**A Europa à beira
do estado de sítio**
Página 3



RESPINGOS

Hélio Furtado do Amaral

Professor aposentado. Na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes

EBSERH: ENCONTRO MARCADO ENTRE PT E PSDB

É preciso entender a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), entidade pública de direito privado instituída em 2011 pelo governo do PT, no contexto de mudanças de pensamento sobre a administração pública que teve início em 1998, governo do PSDB. É quando a expressão “Regime Jurídico Único” foi excluída do Artigo 39 da Constituição Federal, donde o termo “Regime Jurídico Plural” – ainda sob exame do STF – permitiu a criação das organizações sociais (OS) e suas relações com o poder público. A Ebserh contrata servidores via concurso, mas com as vinculações da legislação trabalhista (CLT).

Cessão

Na lei da Ebserh, docentes cedidos pela administração pública permanecem na condição de estatutários. Mas a cessão de servidores foi revogada pela lei do plano de carreiras do magistério superior, que só trata de docentes. O que não é incluído, excluído está.

Tensão

Esse é um dos motivos do contrato da Ebserh com o Hospital das Clínicas (HC) haver sido aprovado sob intenso clima de tensão, principalmente com servidores técnico-administrativos. O movimento foi engrossado por estudantes.

Pós-negociação

Depois de aprovado no Consuni, o contrato da Ebserh ganhou cláusulas que preservam servidores e garantem espaço para pesquisa, após negociação da Adufg Sindicato e do Sint-Ifesgo com a reitoria. Só então foi assinado em Brasília.

Solidariedade, não

Do professor da FH, Rafael Saddi: “Demos o aval a um regime de trabalho que não queremos para nós (CLT no lugar de estatutário), imposto aos servidores técnico-administrativos”. Mais de 70% do Consuni é formado por docentes.

Imagem

No processo da Ebserh, Orlando Amaral saiu fortalecido entre docentes e pode, com as negociações, ter reconquistado parte dos servidores. Mas acabou desgastado entre estudantes. Levou a pecha de “autoritário”, “antidemocrático”, o que ele realmente não é.

Regional Aparecida

A UFG assinou contrato com uma construtora para começar as obras do câmpus em Aparecida de Goiânia já em fevereiro. Orçamento de R\$ 16 milhões. O plano é receber os primeiros estudantes em 2016.

ESFOMEADOS DA UFG

No início da década de 80, servidores e estudantes usavam a fome para justificar suas reivindicações por melhorias na UFG. Difícil acreditar que realmente enfrentassem tal dificuldade. Mas, o que parecia fazer algum sentido como método grevista à época, hoje soaria extemporâneo.



Não uso

De 23 emails de professores da Ginecologia e Obstetrícia, disponíveis no site da Faculdade de Medicina, apenas um usa a extensão @ufg.br. Já na Física, 41 dos 47 emails de docentes usam o servidor da universidade.

Passo a passo

Filiados procuram a Adufg Sindicato em busca de informações sobre sua ficha cadastral, classe a que pertencem, possibilidade de promoção, titulação, tempo de serviço. Mas apenas o DP da UFG fornece estes dados. A assessoria jurídica do sindicato só atua após o docente ter procurado a administração.

Expectativa

Quando governou o Ceará, o novo ministro da Educação, Cid Gomes, disse durante uma greve que “quem quer dar aula faz isso por gosto, e não pelo salário. Se quer ganhar melhor, vai para o ensino privado”. Espero que ele, engenheiro formado pela UFC, não conserve tal pensamento.

Teto docente

No artigo “Quanto vale um professor universitário”, a revista *Veja* defendeu que não pode haver teto salarial para professor universitário, sob risco de comprometer a qualidade da pesquisa, porque “afasta talentos”. Há controvérsias.

Funpresp

Conforme prevíamos, com a criação da Funpresp, fundação de previdência complementar, servidores correm risco de viver com o teto do INSS. É uma rebordosa, pois servidores das carreiras típicas do Estado se tornarão uma casta de privilegiados.

Dizer é poder

Processos de docentes seguem engessados na Justiça Federal, principalmente os referentes à gratificação de estímulo à docência (GED) e os relacionados aos 3,17%. Há excesso de recursos provocados pela procuradoria federal e um sem-fim de juridiquês. Tudo para afastar os interessados do universo dos juristas.

Adufg
SINDICATO

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de
Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para
Assuntos dos Aposentados
e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 19
JANEIRO/FEVEREIRO DE 2015
Editor e idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Repórter
Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato



Boaventura de
Sousa Santos*

A Europa à beira do estado de sítio

O crime hediondo que foi cometido contra os jornalistas e cartunistas do Charlie Hebdo torna muito difícil uma análise serena do que está envolvido neste ato bárbaro, do seu contexto e seus precedentes e do seu impacto e repercussões futuras. No entanto, esta análise é urgente, sob pena de continuarmos a atear um fogo que amanhã pode atingir as escolas dos nossos filhos, as nossas casas, as nossas instituições e as nossas consciências.

A luta contra o terrorismo, tortura e democracia. Não se podem estabelecer ligações diretas entre a tragédia do Charlie Hebdo e a luta contra o terrorismo que os EUA e seus aliados travam desde o 11 de setembro de 2001. Mas é sabido que a extrema agressividade do Ocidente tem causado a morte de muitos milhares de civis inocentes (quase todos muçulmanos) e tem sujeitado a níveis de tortura de uma violência inacreditável jovens muçulmanos contra os quais as suspeitas são meramente especulativas, como consta do recente relatório apresentado ao Congresso norte-americano. E também é sabido que muitos jovens islâmicos radicais declaram que a sua radicalização nasceu da revolta contra tanta violência impune.

Perante isto, devemos refletir se o caminho para travar a espiral de violência é continuar seguindo as mesmas políticas que a têm alimentado, como é agora demasiado patente. A resposta francesa ao ataque mostra que a normalidade constitucional democrática está suspensa e que um estado de sítio não declarado está em vigor, que os criminosos deste tipo, em vez de presos e julgados, devem ser abatidos, que este fato não representa aparentemente nenhuma contradição com os valores ocidentais. Entramos num clima de guerra civil de baixa intensidade. Quem ganha com ela na Europa? Certamente não o partido Podemos, na Espanha, ou o Syriza, na Grécia.

A liberdade de expressão

É um bem precioso mas tem limites, e a verdade é que a esmagadora maioria deles são impostos por aqueles que defendem a liberdade sem limites sempre que é a “sua” liberdade a sofrê-los. Exemplos de limites são imensos: se na Inglaterra um manifestante

disser que David Cameron tem sangue nas mãos, pode ser preso; na França, as mulheres islâmicas não podem usar o hijab; em 2008 o cartunista Maurice Siné foi despedido do Charlie Hebdo por ter escrito uma crônica alegadamente antissemita. Isto significa que os limites existem, mas são diferentes para diferentes grupos de interesse. Por exemplo, na América Latina, os grandes meios de comunicação, controlados por famílias oligárquicas e pelo grande capital, são os que mais clamam pela liberdade de expressão sem limites para insultar os governos progressistas e ocultar tudo o que de bom estes governos têm feito pelo bem-estar dos mais pobres.

Charlie sem limites

Aparentemente, o Charlie Hebdo não reconhecia limites para insultar os muçulmanos, mesmo que muitos dos cartuns fossem propaganda racista e alimentassem a onda islamofóbica e anti-imigrante que avassala a França e a Europa em geral. Para além de muitos cartuns com o Profeta em poses pornográficas, um deles, bem aproveitado pela extrema-direita, mostrava um conjunto de mulheres muçulmanas grávidas, apresentadas como escravas sexuais do BokoHaram. Obviamente, que, ao longo dos anos, a maior comunidade islâmica da Europa foi-se sentindo ofendida por esta linha editorial, mas foi igualmente imediato o seu repúdio por este crime bárbaro. Devemos, pois, refletir sobre as contradições e assimetrias na vida vivida dos valores que alguns creem ser universais.

A tolerância e os “valores ocidentais”

O contexto em que o crime ocorreu é dominado por duas correntes de opinião, nenhuma delas favorável à construção de uma Europa inclusiva e intercultural. A mais radical é frontalmente islamofóbica e anti-imigrante. É a linha dura da extrema direita em toda a Europa e da direita, sempre que se vê ameaçada por eleições próximas (o caso de Antonis Samara na Grécia). Para esta corrente, os inimigos da civilização europeia estão entre “nós”, odeiam-nos, têm os nossos passaportes, e a situação só se resolve vendo-nos nós livres deles. A pulsão anti-imigrante é evidente. A outra corrente é a da tolerância. Estas populações são muito distintas de nós, são um fardo, mas temos de as “aguentar”, até porque nos são úteis; no entanto, só o

devemos fazer se elas forem moderadas e assimilarem os nossos valores. Mas o que são os “valores ocidentais”?

Depois de muitos séculos de atrocidades cometidas em nome destes valores dentro e fora da Europa — da violência colonial às duas guerras mundiais — exige-se algum cuidado e muita reflexão sobre o que são esses valores e por que razão, consoante os contextos, ora se afirmam uns, ora se afirmam outros. Por exemplo, ninguém põe hoje em causa o valor da liberdade, mas já o mesmo não se pode dizer dos valores da igualdade e da fraternidade. Ora, foram estes dois valores que fundaram o Estado social de bem-estar que dominou a Europa democrática depois de segunda guerra mundial. No entanto, nos últimos anos, a proteção social, que garantia níveis mais altos de integração social, começou a ser posta em causa pelos políticos conservadores. A crise social causada pela erosão da proteção social e pelo aumento do desemprego, sobretudo entre jovens, não será lenha para a fogueira do radicalismo por parte dos jovens que, além do desemprego, sofrem a discriminação étnico-religiosa?

O choque de fanatismos, não de civilizações

Não estamos perante um choque de civilizações, até porque a cristã tem as mesmas raízes que a islâmica. Estamos perante um choque de fanatismos, mesmo que alguns deles não apareçam como tal por nos serem mais próximos. A história mostra como muitos dos fanatismos e seus choques estiveram relacionados com interesses económicos e políticos que, aliás, nunca beneficiaram os que mais sofreram com tais fanatismos. Na Europa e suas áreas de influência é o caso das cruzadas, da Inquisição, da evangelização das populações coloniais, das guerras religiosas e da Irlanda do Norte. Fora da Europa, uma religião tão pacífica como o budismo legitimou o massacre de muitos milhares de membros da minoria tamil do Sri Lanka; do mesmo modo, os fundamentalistas hindus massacraram as populações muçulmanas de Gujarat em 2003 e o eventual maior acesso ao poder que terão conquistado recentemente com a vitória do Presidente Modi faz prever o pior; é também em nome da religião que Israel continua a impune limpeza étnica da Palestina e que o chamado califa-

do massacra populações muçulmanas na Síria e no Iraque.

A defesa da laicidade sem limites numa Europa intercultural, onde muitas populações não se reconhecem em tal valor, será afinal uma forma de extremismo? Os diferentes extremismos opõem-se ou articulam-se? Quais as relações entre os jihadistas e os serviços secretos ocidentais? Por que é que os jihadistas do Emirato Islâmico, que são agora terroristas, eram combatentes de liberdade quando lutavam contra Kadhafi e contra Assad? Como se explica que o Emirato Islâmico seja financiado pela Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Turquia, todos aliados do Ocidente? Uma coisa é certa: pelo menos na última década, a esmagadora maioria das vítimas de todos os fanatismos (incluindo o islâmico) são populações muçulmanas não fanáticas.

O valor da vida

A repulsa total e incondicional que os europeus sentem perante estas mortes devem-nos fazer pensar por que razão não sentem a mesma repulsa perante um número igual ou muito superior de mortes inocentes em resultado de conflitos que, no fundo, talvez tenham algo a ver com a tragédia do Charlie Hebdo? No mesmo dia, 37 jovens foram mortos no Yemen num atentado a bomba. No ano passado, a invasão israelense causou a morte de 2000 palestinos, dos quais cerca de 1500 civis e 500 crianças. No México, desde 2000, foram assassinados 102 jornalistas por defenderem a liberdade de imprensa e, em Novembro de 2014, 43 jovens, em Ayotzinapa. Certamente que a diferença na reação não pode estar baseada na ideia de que a vida de europeus brancos, de cultura cristã, vale mais que a vida de não europeus ou de europeus de outras cores e de culturas assentes noutras religiões ou regiões. Será então porque estes últimos estão mais longe dos europeus ou são pior conhecidos por eles? Mas o mandato cristão de amar o próximo permite tais distinções? Será porque os grande media e os líderes políticos do Ocidente trivializam o sofrimento causado a esses outros, quando não os demonizam ao ponto de fazerem pensar que eles não merecem outra coisa?

**Doutor em sociologia do direito pela Universidade de Yale e professor catedrático da Universidade de Coimbra. Texto originalmente publicado no site <http://outraspalavras.net>*

Consumo: as falsas opções do brasileiro

Por: Repórter Brasil*

Talvez passe despercebido àqueles que vão ao supermercado que um conjunto pequeno de grandes transnacionais concentra a maior parte das marcas compradas pelos brasileiros. Dez grandes companhias – entre elas Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft e Coca-Cola – abocanham de 60% a 70% das compras de uma família e tornam o Brasil um dos países com maior nível de concentração no mundo. O que sobra do mercado é disputado por cerca de 500 empresas menores, regionais.

Quer um exemplo dessa concentração? Quando um consumidor vai à seção de higiene pessoal de um estabelecimento comercial e pega nas gôndolas um aparelho de barbear Gillette, um pacote de absorventes Tampax e um pacote de fraldas Pampers, ele está comprando três marcas que integram o portfólio da gigante norte-americana Procter & Gamble – que também é dona dos produtos Oral-B, para dentes.

O poder da Unilever

Uma dona de casa vai uma vez por mês ao supermercado fazer as compras para sua família: ela, o marido e duas crianças. Para a cozinha, ela compra Knorr, Maizena, suco Ades e a maionese Hellmann's. Para a limpeza da casa, sabão em pó Omo e Brilhante. Compra ainda Comfort para lavar a roupa. Passa na área de cosméticos e pega o desodorante Rexona para seu marido, e sabonete Lux para ela. Compra pasta de dente Closeup, a marca preferida da filha.

Quase ao sair do supermercado, o filho liga e diz que quer sorvete. Ela compra picolés Kibon. Todas as marcas adquiridas por ela pertencem à Unilever, que em 2013 foi o maior investidor no mercado publicitário do Brasil, com R\$ 4,5 bilhões aplicados. Omo possui 49,1% de participação de mercado em sua categoria, segundo pesquisa do instituto Nielsen em 2012. A Hellmann's detém mais de 55% do mercado. A Unilever vende cerca de 200 produtos por segundo no Brasil.

Mercado de bebidas

O que o refrigerante Coca-Cola, o energético Powerade, o suco Del Vale, a água Crystal e o chá Matte Leão têm em comum? Eles são marcas da Coca-Cola, que apenas no segmento de refrigerantes detém cerca de 60% do mercado nacional. E sabe quando está um dia de calor e você quer tomar uma cerveja? Há uma grande chance de que ela seja produzida pela Ambev, que concentra cerca



dos
45 milhões
de domicílios do Brasil.



de 70% do mercado com produtos como Brahma, Antarctica, Skol e Bohemia. A companhia Brasil Kirin (ex-Schincariol) possui pouco mais de 10%, e o Grupo Petrópolis, cerca de 10%.

Quer um chocolate?

Na hora dos desenhos, uma criança se senta à frente da televisão e pede para a mãe alguma coisa para comer. Uma vez no mês, ela decide trocar as frutas por doces.

A mãe então oferece algumas opções: um chocolate Suflair ou um Kit Kat? Um chá Nestea ou um Nescau? Um Chambinho ou iogurte Chandelle? Uma bolacha Tostines ou Negresco? No fundo, ele está perguntando à criança qual marca e linha de produtos da Nestlé ela quer, porque todas acima citadas pertencem à gigante suíça.

Segundo pesquisa do instituto Mintel*, de fevereiro de 2014, "o mercado de chocolate no Brasil é altamente concentrado, com participação conjunta das três empresas principais no valor de venda de 80%". A Mondelez, surgida da cisão da Kraft Food e que em seu portfólio reúne marcas como a Lacta, detém 35%. A Nestlé detém 22%, enquanto a Garoto, de propriedade da mesma Nestlé, detém 23%.

Empresas brasileiras também concentram mercado

A BRF – nascida da união entre Sadia e Perdigão – é líder em vários segmentos das gôndolas: está presente em 28 das 30 categorias de alimentos perecíveis analisadas pelo instituto Nielsen, como massas, congelados de carne, margarinas e produtos lácteos. A BRF está na mesa de aproximadamente 90% dos 45 milhões de domicílios do Brasil. Ela é responsável por 20% do comércio de aves no mundo. Em pizzas, a empresa detém 52,5% do mercado e 60% do de massas congeladas no país.

Outra empresa brasileira com grande presença na mesa dos brasileiros e de outros países é a JBS, dona de várias marcas conhecidas, como Friboi, Seara, Swift, Maturatta e Cabana LasLilas. Com essa variedade de produtos e a presença em 22 países de cinco continentes (entre plataformas de produção e escritórios), ela atende mais de 300 mil clientes em 150 nações.

Governo brasileiro incentivou concentração empresarial

Para alguns economistas, tem havido um aumento da presença do Estado na economia brasileira, um movimento que ganhou força no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando o BNDES passou a conceder financiamentos a juros mais baixos para promover as chamadas "campeãs nacionais".

Nesse caso, foi estimulada a fusão entre as operadoras de tele-

fonia Brasil Telecom e a Oi, e a criação da BRF, fruto da união entre Sadia e Perdigão. Esse movimento de empresas brasileiras mais fortes no exterior cria gigantes, mas não necessariamente essa liderança traz vantagens para os consumidores brasileiros, que continuam com poucas opções quando vão ao supermercado. Será que essa ação do Estado beneficiou o consumidor final?

Em paralelo, as empresas estatais têm ganhado peso. No setor bancário, CEF e Banco do Brasil estão entre as cinco maiores instituições do país, sendo que a Caixa é líder em financiamento habitacional, e o BB, no setor agrícola. Em energia, a Petrobras é a maior empresa do setor, enquanto a Eletrobrás detém a liderança em geração de energia elétrica.

Mas essa concentração de poder nas empresas públicas é diferente das privadas. Um exemplo está no setor de energia, em que a Petrobras tem tido uma política de reajuste dos preços dos combustíveis alinhada à política de inflação do governo federal. Empresas estatais bem administradas poderiam render bons lucros, que se tornariam dividendos para o governo federal, que, por sua vez, com esse dinheiro dos lucros, poderia investir em setores essenciais, como saúde e educação.

*Texto originalmente publicado no site <http://outraspalavras.net>

CARREIRA

Docente terá reajuste em 1º de março

É a terceira e última parcela do acordo firmado em 2012. Proifes-Federação já entregou ao governo proposta para o triênio 2016-2018

Docentes das instituições federais de ensino superior (Ifes) terão reajuste salarial a partir de 1º março de 2015. Entrará em vigor a terceira e última parcela prevista na Lei 12.772/12, que aplicou aumentos em 2013 e 2014.

O salário é a soma do vencimento básico (VB) com a retribuição por titulação (RT), mais as vantagens pessoais. Aposentados têm vantagens específicas, como adicional por tempo de serviço.

O reajuste é efeito do acordo entre governo federal e a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Proifes-Federação, firmado no fim da greve de 2012.

A federação, inclusive, já encaminhou ao governo, em dezembro de 2014, uma nova proposta de reajustes, a serem aplicados entre 2016 e 2018, dentro da pauta geral de discussões em 2015, iniciadas com o governo.

Confira as tabelas com os salários atuais e a tabela corrigida.

REMUNERAÇÃO ATUAL (MS e EBTT)						
20 HORAS						
Classe		Grad.	Aperf.	Espec.	Mest.	Dout.
Titular	Titular	2.165,57	2.332,78	2.519,61	2.917,14	3.622,09
D5 3	Assoc.4				2.855,17	3.403,29
D5 2	Assoc.3				2.774,51	3.280,34
D5 1	Assoc.2				2.740,08	3.166,35
D4 S	Assoc.1	2.165,57	2.332,78	2.519,61	2.736,56	3.137,24
D3 4	Adjunto 4	1.968,19	2.129,97	2.171,24	2.451,42	2.852,10
D3 3	Adjunto 3	1.935,56	2.089,98	2.128,87	2.404,12	2.795,55
D3 2	Adjunto 2	1.903,73	2.050,85	2.087,45	2.357,91	2.740,35
D3 1	Adjunto 1	1.805,23	1.877,69	1.979,53	2.245,31	2.619,03
D2 4	Assist.4	1.760,04	1.822,48	1.920,65	2.177,67	2.501,15
D2 3	Assist.3	1.737,52	1.798,78	1.889,08	2.141,83	2.461,97
D2 2	Assist.2	1.715,62	1.775,72	1.858,27	2.106,87	2.423,88
D2 1	Assist.1	1.694,32	1.753,25	1.828,18	2.072,76	2.386,88
D1 4	Auxiliar 4	1.655,15	1.712,92	1.780,93	1.852,72	2.316,91
D1 3	Auxiliar 3	1.635,55	1.692,15	1.757,23	1.825,84	2.282,92
D1 2	Auxiliar 2	1.616,47	1.671,91	1.734,19	1.799,73	2.249,87
D1 1	Auxiliar 1	1.597,92	1.652,20	1.711,80	1.780,52	2.217,78

Em azul: apenas para EBTT

Em verde: apenas para MS

REMUNERAÇÃO A PARTIR DE MARÇO DE 2015 (MS e EBTT)						
20 HORAS						
Classe		Grad.	Aperf.	Espec.	Mest.	Dout.
Titular	Titular	3.019,13	3.230,47	3.591,02	4.196,59	5.041,94
D5 3	Assoc.4	2.900,70	3.111,27	3.463,51	3.806,44	4.456,71
D5 2	Assoc.3	2.842,65	3.048,48	3.399,54	3.722,01	4.353,34
D5 1	Assoc.2	2.785,73	2.986,97	3.329,18	3.639,47	4.252,42
D4 S	Assoc.1	2.729,93	2.926,70	3.265,51	3.558,81	4.153,90
D3 4	Adjunto 4	2.491,01	2.678,45	2.721,06	3.128,61	3.586,37
D3 3	Adjunto 3	2.466,35	2.641,52	2.686,85	3.062,24	3.490,05
D3 2	Adjunto 2	2.441,93	2.610,06	2.650,03	2.998,83	3.449,82
D3 1	Adjunto 1	2.347,75	2.444,80	2.545,50	2.888,43	3.344,88
D2 4	Assist.4	2.197,96	2.290,38	2.391,46	2.712,90	3.187,51
D2 3	Assist.3	2.197,96	2.290,38	2.391,46	2.712,90	3.187,51
D2 2	Assist.2	2.176,19	2.268,25	2.349,89	2.689,07	3.147,55
D2 1	Assist.1	2.176,19	2.268,25	2.349,89	2.689,07	3.147,55
D1 4	Auxiliar 4	2.060,86	2.152,19	2.225,25	2.569,67	3.029,85
D1 3	Auxiliar 3	2.060,86	2.152,19	2.225,25	2.569,67	3.029,85
D1 2	Auxiliar 2	2.018,77	2.104,93	2.173,85	2.498,78	2.983,59
D1 1	Auxiliar 1	2.018,77	2.104,93	2.173,85	2.498,78	2.983,59

40 HORAS						
Classe		Grad.	Aperf.	Espec.	Mest.	Dout.
Titular	Titular	3.244,70	3.420,26	3.715,08	4.572,16	5.918,96
D5 3	Assoc.4				4.296,94	5.486,13
D5 2	Assoc.3				4.238,28	5.397,06
D5 1	Assoc.2				4.181,29	5.326,48
D4 S	Assoc.1	3.244,70	3.420,26	3.715,08	4.174,57	5.319,77
D3 4	Adjunto 4	2.853,70	2.959,33	3.222,75	3.756,59	4.900,59
D3 3	Adjunto 3	2.796,31	2.899,62	3.150,22	3.660,38	4.773,18
D3 2	Adjunto 2	2.740,44	2.841,51	3.079,43	3.574,67	4.656,27
D3 1	Adjunto 1	2.618,61	2.717,50	2.943,03	3.420,66	4.472,00
D2 4	Assist.4	2.529,68	2.620,49	2.830,27	3.308,03	4.321,94
D2 3	Assist.3	2.486,07	2.570,39	2.751,65	3.249,59	4.251,17
D2 2	Assist.2	2.443,71	2.521,60	2.670,49	3.192,68	4.182,10
D2 1	Assist.1	2.402,56	2.474,06	2.577,30	3.137,18	4.114,73
D1 4	Auxiliar 4	2.325,67	2.390,96	2.487,44	3.040,40	4.000,83
D1 3	Auxiliar 3	2.287,91	2.348,37	2.442,59	2.990,41	3.941,03
D1 2	Auxiliar 2	2.251,20	2.310,81	2.398,92	2.941,72	3.882,72
D1 1	Auxiliar 1	2.215,54	2.274,28	2.356,41	2.894,29	3.825,89

Em azul: apenas para EBTT

Em verde: apenas para MS

40 HORAS						
Classe		Grad.	Aperf.	Espec.	Mest.	Dout.
Titular	Titular	4.355,79	4.621,54	4.970,76	5.832,66	7.859,61
D5 3	Assoc.4	4.206,37	4.470,62	4.820,34	5.500,73	7.204,05
D5 2	Assoc.3	4.133,87	4.393,56	4.746,24	5.376,20	6.980,72
D5 1	Assoc.2	4.063,45	4.311,20	4.675,22	5.296,71	6.754,50
D4 S	Assoc.1	4.055,87	4.275,33	4.643,85	5.283,21	6.743,83
D3 4	Adjunto 4	3.561,24	3.769,91	4.082,92	4.783,47	6.244,19
D3 3	Adjunto 3	3.526,47	3.731,05	4.037,93	4.724,74	6.156,81
D3 2	Adjunto 2	3.442,05	3.642,62	3.943,48	4.616,82	6.020,82
D3 1	Adjunto 1	3.277,97	3.474,61	3.769,57	4.429,71	5.806,17
D2 4	Assist.4	3.162,10	3.354,88	3.594,06	4.291,25	5.640,73
D2 3	Assist.3	3.162,10	3.354,88	3.594,06	4.291,25	5.640,73
D2 2	Assist.2	3.067,48	3.258,35	3.494,66	4.185,45	5.521,57
D2 1	Assist.1	3.067,48	3.258,35	3.494,66	4.185,45	5.521,57
D1 4	Auxiliar 4	2.907,08	3.085,47	3.303,05	3.951,92	5.237,87
D1 3	Auxiliar 3	2.907,08	3.085,47	3.303,05	3.951,92	5.237,87
D1 2	Auxiliar 2	2.814,01	2.982,30	3.184,73	3.799,70	5.143,41
D1 1	Auxiliar 1	2.814,01	2.982,30	3.184,73	3.799,70	5.143,41

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA						
Classe		Grad.	Aperf.	Espec.	Mest.	Dout.
Titular	Titular	4.978,08	5.430,84	5.803,85	8.131,44	12.225,25
D5 3	Assoc.4				7.524,61	11.881,43
D5 2	Assoc.3				7.291,42	11.533,24
D5 1	Assoc.2				7.203,81	11.313,08
D4 S	Assoc.1	4.978,08	5.430,83	5.803,85	7.194,11	11.131,69
D3 4	Adjunto 4	3.809,49	4.103,75	4.410,65	6.024,87	8.229,84
D3 3	Adjunto 3	3.721,95	4.007,58	4.289,57	5.848,67	8.023,50
D3 2	Adjunto 2	3.636,63	3.915,30	4.170,10	5.700,38	7.822,60
D3 1	Adjunto 1	3.553,46	3.825,37	4.056,35	5.555,13	7.627,01
D2 4	Assist.4	3.406,86	3.666,01	3.879,38	5.184,40	7.350,86
D2 3	Assist.3	3.329,68	3.582,64	3.789,75	5.069,52	7.201,04
D2 2	Assist.2	3.254,44	3.501,39	3.703,83	4.950,10	7.054,64
D2 1	Assist.1	3.181,03	3.422,15	3.620,04	4.837,65	6.911,59
D1 4	Auxiliar 4	3.052,87	3.282,97	3.472,30	4.653,26	6.670,05
D1 3	Auxiliar 3	2.984,65	3.209,42	3.394,58	4.554,00	6.536,31
D1 2	Auxiliar 2	2.927,95	3.137,67	3.318,80	4.457,12	6.407,02
D1 1	Auxiliar 1	2.872,86	3.067,67	3.244,88	4.362,49	6.350,78

Em azul: apenas para EBTT

Em verde: apenas para MS

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA						
Classe		Grad.	Aperf.	Espec.	Mest.	Dout.
Titular	Titular	6.684,00	7.621,46	8.179,39	10.312,48	17.057,74
D5 3	Assoc.4	6.454,52	7.194,16	7.690,97	9.743,09	15.464,45
D5 2	Assoc.3	6.342,60	7.049,48	7.540,07	9.496,85	14.855,58
D5 1	Assoc.2	6.232,15	6.915,45	7.392,23	9.385,51	14.317,50
D4 S	Assoc.1	6.222,60	6.788,55	7.254,82	9.373,85	13.914,61
D3 4	Adjunto 4	5.104,69	5.571,05	5.917,57	7.605,94	10.952,19
D3 3	Adjunto 3	5.054,15	5.494,12	5.835,17	7.457,34	10.570,66
D3 2	Adjunto 2	5.004,11	5.419,17	5.776,77	7.336,14	10.208,36
D3 1	Adjunto 1	4.954,56	5.357,53	5.672,16	7.216,44	10.007,23
D2 4	Assist.4	4.504,15	4.884,31	5.219,81	6.539,55	9.320,82
D2 3	Assist.3	4.504,15	4.884,31	5.219,81	6.539,55	9.320,82
D2 2	Assist.2	4.459,55	4.836,70	5.126,21	6.479,80	9.243,80
D2 1	Assist.1	4.459,55	4.836,70	5.126,21	6.479,80	9.243,80
D1 4	Auxiliar 4	4.054,14	4.428,29	4.714,58	6.070,23	8.818,30
D1 3	Auxiliar 3	4.054,14	4.428,29	4.714,58	6.070,23	8.818,30
D1 2	Auxiliar 2	4.014,00	4.366,98	4.630,83	5.945,98	8.639,50
D1 1	Auxiliar 1	4.014,00	4.366,98	4.630,83	5.945,98	8.639,50



José Garcia Neto*

HC-UFG/Ebserh: de onde viemos, para onde iremos?

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) foi criada pelo governo federal em 2011 com o intuito de concluir um debate que na sua essência buscava resolver a grave e permanente crise pela qual passavam (e ainda passam) todos os hospitais universitários federais do Ministério da Educação. Esta crise tem seu ápice no ano de 2006 quando a dívida dos hospitais universitários (HUs) chega a mais de meia bilhão de reais e o fechamento de leitos e serviços atinge níveis comprometedores que poderiam inviabilizar a existência dos mesmos. Juntava-se à crise financeira a questão da força de trabalho destas entidades, que desde a década de 1990 passa a perder a sua capacidade de manutenção e consequentemente de expansão, por uma política de governo à época que dificultou ao máximo a contratação de pessoal através de concursos públicos do MEC.

Deste debate participaram entidades como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (Abrahue), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos das Ifes (Fasubra), Advocacia Geral da União (AGU), Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), entre outros, conduzidos pelo Ministério da Educação. Várias possíveis soluções foram apontadas e discutidas ao longo do debate, porém uma fórmula consensual jamais foi atingida, muito em decorrência da complexidade do mérito.

O primeiro passo no entendimento da síntese do debate pelo governo foi a criação do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, o Rehuf, criado por uma lei em 2010 e que se espelhava no projeto congênere Reuni. O principal mote deste projeto é aperfeiçoar e solucionar boa parte do financiamento destes hospitais.

Faltava a definição de como resolver os problemas de reposição, manutenção e expansão de pessoal técnico-administrativo, visto por muitos dos atores participantes do debate como o principal e mais crítico problema dos HU. Pois ao longo dos anos o peso

financeiro de pagamento de nossa força de trabalho foi sendo transferida do MEC para o HU, através da contratação de funcionários terceirizados, fundacionais (Fundahc) e cedidos. Não resta dúvida que a área mais complexa da administração hospitalar orbita na composição, definição, quantificação e qualificação de seu pessoal, por motivos óbvios dentro de uma estrutura que tem a responsabilidade de garantir atendimento de elevada complexidade médica, formar a enorme gama de profissionais da saúde e pesquisar avanços nesta mesma área.

O Estado brasileiro resolve então criar a Ebserh, que lhe permitiria rapidamente recompor os quadros deteriorados desses hospitais e dar solução a uma série de entraves que se relacionam com o fato. Porém, surge aí a maior das polêmicas dentro deste processo de construção do equacionamento de um problema.

Trata-se de uma empresa estatal, pública de direito privado financiada com capital 100% do MEC. Porém, o Estado brasileiro entende que através destas características consegue resolver o problema de maneira ágil, urgente e com as menores mudanças possíveis no sistema vigente. O que diante de uma análise aprofundada e objetiva se mostra embasada em fortes argumentos amplamente expostos.

Façamos então, através de um exercício simplificado que o contexto nos permite, uma análise do contrato assinado pela UFG junto à Ebserh. Em primeiro lugar, e acima de tudo, este tem o cuidado de comprometer-se com a autonomia universitária tão cara ao nosso sistema. Refere de maneira

clara que esta será incondicionalmente respeitada. Em segundo lugar, garante a manutenção de todos os direitos dos funcionários públicos que hoje trabalham no HC-UFG em Regime Jurídico Único (RJU). Como carga horária, capacitação, direitos previdenciários, enfim todos que lhes provém, não permitindo qualquer prejuízo futuro, estando este futuro sempre na condução da universidade. Moderniza-se o gerenciamento do HC visando atender melhor suas finalidades, criando três grandes gerências: Gerência de Assistência à Saúde; Gerência Administrativa-Financeira; e principalmente Gerência de Ensino e Pesquisa, um an-

tigo ideal jamais atingido até hoje e que virá no intuito de aprimorar nosso status de hospital de ensino.

Em resumo, todos nós funcionários federais seremos cedidos, mas todos os nossos direitos foram garantidos contratualmente. E em terceiro lugar e não menos importante, o atendimento será 100% SUS, não havendo qualquer possibilidade através deste contrato que qualquer outra porta de entrada seja aberta no Hospital das Clínicas que não o Sistema Único de Saúde.

Algumas diferenças logicamente virão, como os novos concursados que serão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), daí a necessidade do “direito privado na constituição da empresa”, que visa fundamentalmente resolver os problemas de urgência, emergência e intensivos do hospital. Haverá uma parceria entre a empresa e o HC-UFG principalmente no cuidado de trabalhar em conjunto para que nossos objetivos e metas sejam realmente alcançados, lembrando que o HC-UFG assim como todos os hospitais públicos brasileiros já trabalham através do sistema de metas há mais de nove anos.

Será criada uma assistência jurídica própria que agilizará sobremaneira as demandas crescentes nesta área, principalmente pela expansão atual da “judicialização do atendimento na área da saúde no Brasil”. E talvez o mais importante, este contrato será revisto de maneira integral e sistemática anualmente, sendo, se necessário, corrigido e aperfeiçoado. Havendo, no entanto, também a possibilidade de correção e realinhamento dos moldes contratuais a qualquer momento que uma das partes achar conveniente.

Portanto, acredito estarmos entrando numa via de mão dupla, que será construída através de parceria mútua e flexível, protegida de possíveis radicalizações de qualquer uma das partes envolvidas. Estamos caminhando por uma nova trilha que até o momento tem se mostrado transparente, clara e positiva, porém o desfecho desta mudança, só o futuro nos descortinará. Somos otimistas.

*Professor da Faculdade de Medicina e diretor do HC.

“Ao longo dos anos, o peso financeiro de pagamento de nossa força de trabalho foi sendo transferida do MEC para o HU, através da contratação de funcionários terceirizados, fundacionais (Fundahc) e cedidos. Não resta dúvida que a área mais complexa da administração hospitalar orbita na composição, definição, quantificação e qualificação de seu pessoal.”

“ (O contrato) tem o cuidado de comprometer-se com a autonomia universitária tão cara ao nosso sistema. Refere de maneira clara que esta será incondicionalmente respeitada. Garante a manutenção de todos os direitos dos funcionários públicos que hoje trabalham no HC-UFG em RJU e o atendimento 100% SUS.”

“ Estamos caminhando por uma nova trilha que até o momento tem se mostrado transparente, clara e positiva, porém o desfecho desta mudança, só o futuro nos descortinará. Somos otimistas.”



Alexandre Aguiar dos Santos*

Ebserh na UFG é golpe!

Os Hospitais Universitários constituem uma rede de referência para a saúde pública no Brasil, em especial para o Sistema Único de Saúde/SUS – o maior sistema de saúde público do mundo. Cerca de 46 hospitais universitários constituem uma relevante rede de atendimento 100% SUS; ou seja, submetida aos princípios constitucionais de UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE e CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO. A formação em saúde realizada nos hospitais universitários está articulada a lógica do atendimento a saúde como um direito de todos, e não como um mero serviço de mercado. Contudo, a tensão entre os interesses de todos e as particularidades do mercado tem convertido de forma paulatina a saúde em um grande negócio.

Por outro lado os Hospitais Universitários (HU's) vivem uma crise que é histórica. A complexa realidade de hospital escola, vinculado às universidades federais, com sucessivos governos que estimularam a expansão da educação privada em detrimento da pública forjaram um processo permanente de subfinanciamento dos HU's. Neste sentido, a comunidade universitária reagiu e buscou de diferentes maneiras preservar e ampliar os HU's. Importante destacar que a expansão conservadora do programa de reestruturação das Universidades (REUNI) não equacionou as demandas reprimidas dos HU's. Uma tentativa de resposta a crise de subfinanciamento dos HU's é forjada pelo Banco Mundial para intensificar a mercantilização da saúde no Brasil. Numa reafirmação do caráter dependente e subordinado de nossa economia a instituição financeira internacional apresenta um programa de reestruturação dos hospitais universitários (REHUF) em troca de uma mudança no sistema de gestão. É nesta conjuntura que o governo federal edita a medida provisória (MP 520/2010) que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). E, apesar da resistência dos movimentos em defesa do SUS e da Educação Pública, surge a Lei Federal 12.550/2011, que cria uma empresa pública – com finalidade de explorar atividade econômica – para abarcar os HU's.

A partir da sanção da lei, a cessão dos

hospitais universitários à Ebserh constituiu-se num objetivo estratégico do MEC que adotou medidas para pressionar os reitores para a contratualização com esta empresa. Em mais um capítulo de atentados contra a autonomia universitária, a adesão a Ebserh foi conduzida a “ferro e fogo” pelo MEC e pelas administrações universitárias a ela subordinadas politicamente.

Na UFG o processo de adesão a Ebserh seguiu um ritual exemplar das posturas arbitrárias impostas pelo governo (MEC) e implementadas pela Reitoria. O momento escolhido para apresentar a adesão para o Conselho Universitário, no final de semestre, coincidiu com dois fatores relevantes: a) o período pós-eleitoral, pois uma medida anti-popular como a Ebserh poderia ter consequências negativas para candidaturas no âmbito da Universidade; e b) fim de semestre, momento em que a sobrecarga de trabalho da universidade se intensifica e a comunidade tem maiores dificuldades de estabelecer um debate sobre uma temática tão relevante.

A contratualização com a Ebserh tem relevância para a comunidade por vários motivos: a) trata-se de uma privatização não-clássica da saúde e da educação, na medida em que transferimos para a Ebserh o Hospital das Clínicas; b) evidente atentado a autonomia universitária; c) estamos falando da cessão de quase 50% de todos os técnicos administrativos da UFG; d) da política de formação em saúde; e) do SUS; f) focando em questões mais estritas (corporativas), trata-se do fim do Regime Jurídico Único (RJU) para os trabalhadores da saúde na esfera federal – os futuros contratados pela Ebserh serão celetistas (CLT), abrindo o horizonte à uma provável imposição de uma Ebserh (empresa brasileira de serviços educacionais). Estas razões não esgotam a problemática, muitas outras devem ser debatidas, contudo já evidenciam que o tema precisa ser debatido amplamente. Vale a pena citar que o governador do estado de Goiás está implementando a OS (Organização Social) para a educação, repetindo a experiência de privatização da saúde no âmbito estadual, só que agora com a Educação.

O Regime Jurídico Único é uma conquista da sociedade brasileira, busca desenvolver uma administração pública pautada na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, da CF). A contratação de celetistas já está presente na universidade sendo identificadas como terceirização, ou seja, em outras palavras estamos terceirizando o Hospital das Clínicas.

A postura da reitoria para conduzir o debate sobre a contratualização foi extremamente autoritária e incoerente com os princípios norteadores desta instituição. Foram criados vários obstáculos para debater o mais democraticamente e amplamente com a comunidade envolvida. O argumento centrou-se desde o início na chantagem de que sem a contratação da Ebserh o hospital fecharia, tendo como fiel escudeiro o diretor do HC, para nesta conjuntura reclamar das mazelas do Hospital, do seu sucateamento. A força deste argumento é questionável, ainda mais por parte de uma reitoria que reiteradamente tem afirmado que não

existem mais sucateamento na universidade. De forma oportunista assume o discurso do sucateamento e de que não existem mais alternativas.

A manipulação da informação e a política de desinformação foram constantes neste processo, que só poderia culminar numa atitude amplamente anti-democrática, autoritária e desrespeitosa com a comunidade.

Pautada para debater no Consuni no dia 14 de novembro de 2014 e decidir no dia 21, a reitoria não aceitou em momento algum a proposta de ampliação do debate, ao contrário manipulou votações para acelerar a decisão e impedir que a comunidade se manifestasse.

No dia 21 de novembro de 2014, após debates sobre a contratualização, a maioria dos conselheiros se manifestou pelo não esclarecimento do assunto, mesmo assim, invertendo os votos o reitor declarou que os esclarecidos eram maioria. Mesmo com a tentativa de manipulação a reitoria não obteve êxito e uma proposta alternativa foi encaminhada para que as unidades debatessem o assunto e em 15 dias voltassem para deliberar.

No dia 05 de dezembro de 2014 o Reitor conduziu a aprovação da adesão a Ebserh numa votação que foi realizada em surpreendentes 19 segundos da seguinte maneira: sem debate; com conselheiros sem saber no que votaram; sem contagem dos votos favoráveis, contrários e abstenções; em flagrante desrespeito aos conselheiros, à comunidade, aos estatutos e ao regimento da Universidade Federal de Goiás. Assim a Ebserh foi aprovada na UFG: por meio de um golpe que – de forma insana – foi considerado legal pela maioria dos conselheiros. Tal fato demonstra que o caráter antidemocrático não é apenas da administração central, mas é parte inerente da estrutura universitária atual e precisa ser permanentemente debatido, refletido e combatido.

A Ebserh na UFG NÃO PASSARÁ!

*Professor da UFG - Regional da Cidade de Goiás

“ Em mais um capítulo de atentados contra a autonomia universitária, a adesão a EBSEH foi conduzida a “ferro e fogo” pelo MEC e pelas administrações universitárias a ela subordinada politicamente.

Na UFG, o processo de adesão a Ebserh seguiu um ritual exemplar de posturas arbitrárias impostas pelo governo (MEC) e implementadas pela Reitoria.”

“ Assim a Ebserh foi aprovada na UFG: por meio de um golpe que - de forma insana - foi considerado legal pela maioria dos conselheiros. Tal fato demonstra que o caráter antidemocrático não é apenas da administração central, mas é parte inerente da estrutura universitária atual e precisa ser permanentemente debatido, refletido e combatido.”

Desgastante processo de adesão

O processo de adesão do Hospital das Clínicas (HC) à Ebserh foi um dos momentos mais tensos na UFG em 2014. Gritarias, trocas de insultos e de empurrões entre professores, servidores técnico-administrativos e estudantes marcaram a aprovação do contrato. O debate foi político e a decisão, tomada como num cabo de força.

O contrato foi aprovado no Consuni do dia 5 de dezembro por maioria visível de conselheiros. A aprovação provocou a ação coletiva, capitaneada por servidores técnico-administrativos, professores e estudantes, de cercar o reitor e impedi-lo de entrar no prédio da administração.

Foram quase duas horas de cerco, no estacionamento da administração da UFG, sob chuva. Até que saiu um acordo, no saguão da reitoria: Orlando se comprometera a realizar uma nova reunião do Consuni e a colocar em votação qualquer proposta, inclusive a de um plebiscito.

No dia 10 de dezembro, a proposta de anular a sessão do dia 5 foi derrotada por 37 votos a 16 votos, três se abstiveram. E o contrato da Ebserh foi assinado em Brasília no dia 29 de dezembro.



Estudantes e servidores correm e se antecipam ao reitor, para fechar entrada da reitoria.



O reitor não consegue acessar o prédio da reitoria



O reitor era a todo momento interpelado. Começa cair a chuva



Em volta do cerco feito ao reitor, houve vários focos de desentendimentos entre professores, estudantes e servidores

Fotos: Macloys Aquino



Orlando é interpelado ao abandonar a mesa do Consuni, no dia 5 de dezembro



Reitor recebe protestos ao tentar sair do auditório da Biblioteca Central



Orlando é questionado por estudante ao caminhar, com sua equipe, até o prédio da Reitoria. Foram os poucos passos dados antes do cerco

Fotos: Macloys Aquino



Funcionário da reitoria tenta conter estudante na entrada do prédio



Sob chuva e cerco, Orlando fica imobilizado



Porta vozes do movimento contra a Ebsersh discutem com o reitor, ainda sob chuva



Com megafone do movimento, já no saguão da reitoria, Orlando se compromete a reabrir a discussão no próximo Consuni



Técnico-administrativos, estudantes e professores comemoram, na entrada da reitoria, o compromisso da reabertura das negociações



Na reunião do Consuni do dia 10 de dezembro, no auditório da Emac, Orlando e a mesa são observados por estudantes mascarados



Alexandre Santos, professor da Regional Goiás, interpela a mesa



Professor da Faculdade de Letras, Cássio Tavares tenta emplacar uma questão de ordem

Fotos: Macloys Aquino



Marcos Café, professor da Escola de Veterinária e Zootecnia, argumenta para garantir votação favorável à Ebserh



Estudantes protestam contra professor Reginaldo Nassar



Presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves fala da necessidade de discutir o contrato da Ebserh



Alcir Horácio, do Cepae, declara abstenção de voto, porque sua unidade não havia discutido o tema



Conselheiros manifestam voto que deu por legítima aprovação da Ebserh em reunião anterior do Consuni



Rodeada de câmeras, mesa faz contagem de votos, que deram legitimidade à aprovação da Ebserh



Encerrada a sessão, conselheiros favoráveis ao contrato fazem parede humana para preservar saída do reitor



Já em Brasília, Orlando, o diretor do HC, José Garcia, o presidente da Ebserh, José Rebelatto e sua equipe finalmente assinam o contrato

Expectativa de excelência

Superintendente do primeiro HU administrado pela empresa no Brasil fala de vantagens administrativas

Após quatro tumultuadas sessões no Consuni, finalmente foi aprovado e assinado, no dia 29 de dezembro de 2014, o contrato que transfere a gestão do Hospital das Clínicas (HC-UFG) para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Os 1.083 servidores do HC – enfermeiros, enfermeiras e técnicos em enfermagem (mais de 600); médicos e médicas (mais de 200); além de psicólogos, fisioterapeutas e profissionais da administração – já estão sob gestão da empresa.

Todos permanecem estatutários, garante o contrato. A Ebserh pretende realizar concurso para ao menos 500 vagas – estes sim, contratados via CLT – ainda neste primeiro semestre de 2015. Deve começar chamar novos servidores no segundo semestre.

As vantagens da empresa, defende a administração da universidade, são exatamente a facilidade para contratar pessoal e a agilidade em processos de compras. Com essas mudanças, a Ebserh promete uma gestão de excelência, tanto no atendimento quanto na produção acadêmica do HC.

“O contrato significa o início de um novo ciclo de trabalho, com a ruptura de vícios e costumes, objetivando que o hospital seja o mais eficiente e eficaz possível em um curto intervalo de tempo e que, ao fazer isso, seja mais universitário ainda”, afirmou José Rubens Rebelatto, presidente da Ebserh, ao assinar contrato com o reitor Orlando Amaral.

“Temos autonomia para qualquer compra de R\$ 1 milhão. Além disso, fazemos parecer para a Ebserh matriz autorizar”, explica o superintendente do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (UFPI), professor José Miguel Parente. Assinado em 2012, este foi o primeiro contrato da Ebserh no Brasil.

“Claro que a agilidade depende da estrutura interna. Levantamento de preço é o mais lento. Mas no caso de Goiás, que já tem seus fornecedores e seus caminhos, isso pode ser mais fácil”, diz o médico. No Piauí, o HU ficou fechado 27 anos até a Ebserh assumir. Atende 100% ao Sistema Único de Saúde (SUS).

“No Hospital das Clínicas, que é antigo, certamente haverá problemas. O nosso é um caso à parte, porque é como se fosse um hospital novo. Mas se houver empenho de todos para melhorar, as barreiras serão menores. Espero que as coisas dêem certo pra vocês”, desejou, em conversa com o JP.

“O contrato significa o início de um novo ciclo de trabalho, com a ruptura de vícios e costumes, objetivando que o hospital seja o mais eficiente e eficaz possível em um curto intervalo de tempo.”

José Rebelatto, presidente da Ebserh, durante assinatura do contrato com o HC

Transição de 18 meses para contrato de 10 anos

O contrato tem duração de dez anos e prevê “a apresentação dos resultados e dados consolidados da gestão e dos serviços prestados à comunidade antes da renovação do contrato”. Mas a Ebserh deverá fornecer relatórios semestrais do cumprimento de metas à UFG.

O HC tem 18 meses para transferir toda sua administração para a Ebserh, a contar da assinatura do contrato, em dezembro de 2014. Durante este tempo, a UFG continua respondendo juridicamente pelo hospital.

Fiscalização

A UFG não tem autonomia para fiscalizar a Ebserh: tanto os cargos de auditor como de ouvidor são exclusivos da empresa. E cargos de superintendente e gerente serão de livre nomeação, não exclusivos para servidores públicos.

A universidade indica o superintendente, cargo para o qual está cotado o nome do atual diretor do HC, professor José Garcia Neto.

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS (HUS) NO BRASIL HOJE

49

no total

29

assinaram contrato com a Ebserh

9

em processo de pré-adesão

- Hospital Universitário Dr. Miguel Riet (HU/FURG)
- HU da Universidade Federal Fluminense (UFF)
- 2 HUs da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
- 2 HUs da Universidade Federal do Pará
- Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani (UFSC)
- Hospital de Clínicas de Uberlândia (HC-UFU)
- HU da Universidade Federal de Tocantins (UFT)

11

não assinaram

- 9 HUs estão no Rio de Janeiro, 8 da UFRJ e 1 da Unirio
- Hospital São Paulo (HSP), da Unifesp
- Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), da UFRGS, já controlado por OS

Fonte: Ebserh. Dados de janeiro de 2015.

Residência a contratos em todo País

Universidades enfrentam dificuldades para aprovar adesão. Uma experiência em Goiânia: Maternidade Dona Iris

Desde 2012, 29 dos 49 hospitais universitários brasileiros contrataram a Ebserrh. E, assim como na UFG, o processo de adesão não tem sido suave em outros estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, nove dos dez HUs rejeitaram o contrato com a empresa. Um está em processo de pré-adesão e pode negar o contrato também este ano (veja quadro na página anterior).

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma comissão formada pela reitoria, docentes e servidores técnico-administrativos – estes últimos organizados num fórum contra privatizações – realizou série de debates nas unidades acadêmicas durante todo segundo semestre de 2014.

Em novembro, o Conselho Universitário (Coun) da UFSC decidiu pelo plebiscito, que será realizado em abril. “O processo tem sido tumultuado”, disse ao JP a vice-diretora do Hospital Universitário Polydoro Ernani, professora Maria Rovaris.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) rejeitou o contrato em 2012. À época, o reitor Zaki Akel Sobrinho disse que a proposta “fere a autonomia universitária”. No final de outubro do ano passado, a UFPR assinou contrato de cogestão do Hospital de Clínicas e da Maternidade Victor Ferreira do Amaral com a Ebserrh.

“Escrevemos um novo capítulo na história destes dois grandes e importantes hospitais públicos do Paraná”, comentou Zaki, segundo reportagem da Assessoria de Comunicação Social da UFPR. Foi criticado por movimentos contrários à adesão e há promessa de resistência ao contrato na universidade.

Mesmo na Universidade Federal do Piauí (UFPI), onde a Ebserrh assumiu um hospital parado há 27 anos (o primeiro contrato do País), houve resistência. “Por parte de professores, por ene razões”, diz o superintendente Jose Miguel Parente. “Alguns (médicos) já tinham contratos no Estado e tiveram de assumir novo posto no HU”, diz.

“Mas isso foi quebrado quando entenderam a necessidade e as boas condições de trabalho do hospital”, garante José, professor da UFPI. “Médicos tem satisfação de trabalhar num hospital com boa qualidade, mesmo com salários não muito melhores”, afirma.

“O que tem que ficar claro é que não existe privatização, é tudo do MEC. Os empregados são CLT, o que não é coisa nova na administração pública federal. Petrobrás, Banco do Brasil e Correios também são CLT”, rebate.

Professor defende modelo tripartite

Com intensa participação da UFG, o modelo de gestão da Maternidade D. Iris, na Vila Redenção, em Goiânia, é exemplo de modelo de excelência de hospital público. É o que defende o diretor acadêmico do hospital, o professor da Faculdade de Medicina Waldemar Naves do Amaral.

Ali, a UFG divide a gestão com a Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas (Fundahc) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS). “É um achado”, diz Waldemar. “É uma das melhores do Brasil e a maior maternidade de Goiás, com 101 leitos. E atende apenas SUS”, diz o professor.

A diretoria geral é indicada pelo reitor da UFG, hoje ocupada pelo professor Mauricio Viggiano. O diretor técnico é da SMS, o diretor administrativo é da Fundahc e o diretor acadêmico também é da UFG.

Os cursos de Medicina, Enfermagem e Farmácia, graduação e pós-graduação, desenvolvem atividades acadêmicas ali. “Tem uma grande produção científica, é forte no atendimento clínico forte e tem um grande representação popular”, diz Waldemar.

“A principal dificuldade pra gerir um hospital publico é porque é travado. É travado por conta da administração pública. No HC, a Fundahc é auxiliar. Na Dona Iris, é o ponto principal. Então funciona perfeitamente há três anos”, diz. “A única diferença da rede privada é o atendimento personalizado. Só”, afirma.

“A principal dificuldade pra gerir um hospital publico é porque é travado. É travado por conta da administração pública. No HC, a Fundahc é auxiliar. Na Dona Iris, é o ponto principal. Então funciona perfeitamente há três anos”

“O que tem que ficar claro é que não existe privatização, é tudo do MEC. Os empregados são CLT, o que não é coisa nova na administração pública federal. Petrobrás, Banco do Brasil e Correios também são CLT.”



Os cursos de Medicina, Enfermagem e Farmácia, graduação e pós-graduação, desenvolvem atividades acadêmicas

Larissa Quixabeira



Adufg NOTÍCIAS

Reforma Política é tema de reunião com reitoria

Em audiência realizada no dia 22 de janeiro, representantes de entidades sindicais, a pedido da diretoria da Adufg Sindicato, se reuniram com o reitor da UFG, Orlando Amaral, para discutir a questão da reforma política no País. Pela Adufg Sindicato participaram o presidente Flávio Alves da Silva, a diretora financeira, Ana Christina Kratz, o diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas, Peter Fischer, e o advogado da assessoria jurídica, Elias Menta Macedo. Pelo SintIFESgo, participou a coordenadora geral, Fátima dos Reis. Também estava na reunião o secretário-geral da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Eliomar Pires.

Ficou acordada em reunião, a criação de um Núcleo pela reforma política, com representantes da UNE, OAB, Adufg Sindicato, SintIFESgo, UFG, APG/UFG e DCE (a confirmar) para promover debates sobre o assunto, com o objetivo de mobilizar a comunidade acadêmica.

O "Projeto de iniciativa Popular de Reforma Política Democrática e Eleições Limpas" é um documento elaborado por uma coalizão de mais de 100 entidades sindicais e movimentos sociais brasileiros, como a OAB (Organização dos Advogados do Brasil), a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Entre suas principais propostas estão: a proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do Financiamento Democrático de Campanha, eleições proporcionais de dois turnos, paridade de gêneros na lista pré-ordenada e o fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais.

Apesar de reconhecer controvérsias no que diz respeito ao modo como deve ser feita a reforma no Brasil, o reitor da UFG, Orlando Amaral, disse ser inquestionável a necessidade e a importância do tema e mostrou seu apoio ao debate deste tema no âmbito da universidade. Os representantes das entidades e da UFG irão se reunir para acertar o lançamento da discussão na universidade, com a presença confirmada do presidente nacional da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coêlho.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ADUFG SINDICATO - SETEMBRO/2014

	Valor R\$				
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.202,45	2.3.20- Desp. com curso de inf. para aposentados	0,00
1.1- Contribuição Associados - Mensalidades	238.914,56	2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	0,00	2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	126.007,43
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	1.298,00	2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	232,16	Total R\$	164.045,16
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.592,41	2.2.12- Vigilância e Segurança	459,80	2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00	2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.000,00	2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto.	628,10
1.5- Outras Receitas	0,00	2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00	2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00	2.2.15- Serviços de Informática	1.300,00	2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	23.808,83
Total R\$	241.804,97	2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	860,00	2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	5.826,38
		2.2.17- Água e Esgoto	488,00	Total R\$	30.263,31
2- Custos e Despesas Operacionais		Total R\$	16.678,27	Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	254.405,43
2.1- Despesas com Pessoal		2.3- Despesas Gerais		3- Resultado do exercício 09.2014 (1-2)	-12.600,46
2.1.1- Salários e Ordenados	17.682,77	2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	1.634,16	4- Atividades de Investimentos	
2.1.2- Encargos Sociais	24.126,66	2.3.2- Despesas com Coral	1.824,22	4.1- Imobilizado	
2.1.3- Seguro de Vida	293,03	2.3.3- Diária de Viagens	3.799,60	4.1.1- Construções e Edificações	0,00
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	249,14	2.3.4- Tarifas Bancárias	128,47	4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
2.1.5- Ginastica Laboral	0,00	2.3.5- Lanches e Refeições	712,84	4.1.3- Veículos	0,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09	2.3.6- Quintart	8.680,59	4.1.4- Móveis e Utensílios	5.080,00
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	0,00	2.3.7- Patrocínios e doações	2.576,03	4.1.5- Computadores e Periféricos	325,10
Total R\$	43.418,69	2.3.8- Manutenção de Veículos	176,48	4.1.6- Outras Imobilizações	16.071,15
2.2- Serviços Prestados por Terceiros		2.3.9- Festa/Reuniões e Greves	1.948,04	Total R\$	21.476,25
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.390,57	2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	2.215,34	4.2- Intangível	
2.2.2- Despesas com Correios	2.493,22	2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	220,97	4.2.1- Programas de Computador	0,00
2.2.3- Energia Elétrica	1.253,17	2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	4.668,77	Total R\$ 0,00	
2.2.4- Honorários Advocáticos	0,00	2.3.13- Hospedagens Hotéis	405,10	Total Geral dos Investimentos R\$	21.476,25
2.2.5- Honorários Contábeis	2.172,00	2.3.14- Material de expediente	467,86	5- Resultado Geral do exercício 09.2014 (3-4)	-34.076,71
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00	2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00		
2.2.7- Serviços Gráficos	1.320,00	2.3.16- Outras despesas diversas	4.114,61		
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.056,90	2.3.17- Manutenção e Conservação	3.756,18		
		2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00		
		2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	708,47		

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa

Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ADUFG SINDICATO - OUTUBRO/2014

	Valor R\$				
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.146,59	2.3.20- Desp. com curso de inf. para aposentados	0,00
1.1- Contribuição Associados - Mensalidades	239.550,51	2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	1.830,00	2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	124.610,38
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	5.480,00	2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	232,16	Total R\$	195.306,45
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.676,94	2.2.12- Vigilância e Segurança	470,25	2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00	2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.000,00	2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto.	598,29
1.5- Outras Receitas	6.000,00	2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00	2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00	2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00	2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	23.878,14
Total R\$	252.707,45	2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	1.176,00	2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	3.492,67
		2.2.17- Água e Esgoto	491,12	Total R\$	27.969,10
		Total R\$	20.350,19	Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	297.311,69
2- Custos e Despesas Operacionais		2.3- Despesas Gerais		3- Resultado do exercício 10.2014 (1-2)	-44.604,24
2.1- Despesas com Pessoal		2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	2.112,24	4- Atividades de Investimentos	
2.1.1- Salários e Ordenados	25.333,25	2.3.2- Despesas com Coral	3.505,88	4.1- Imobilizado	
2.1.2- Encargos Sociais	24.534,33	2.3.3- Diária de Viagens	2.867,40	4.1.1- Construções e Edificações	529,00
2.1.3- Seguro de Vida	361,54	2.3.4- Tarifas Bancárias	154,30	4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	307,94	2.3.5- Lanches e Refeições	757,33	4.1.3- Veículos	0,00
2.1.5- Ginastica Laboral	724,00	2.3.6- Quintart	9.188,66	4.1.4- Móveis e Utensílios	7.823,50
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09	2.3.7- Patrocínios e doações	6.324,00	4.1.5- Computadores e Periféricos	455,00
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	1.357,80	2.3.8- Manutenção de Veículos	4.425,57	4.1.6- Outras Imobilizações	12.889,00
Total R\$	53.685,95	2.3.9- Festa/Reuniões e Greves	25.827,38	Total R\$	21.696,50
2.2- Serviços Prestados por Terceiros		2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	3.260,74	4.2- Intangível	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.390,57	2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	1.104,61	4.2.1- Programas de Computador	0,00
2.2.2- Despesas com Correios	1.064,58	2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	4.413,27	Total R\$	0,00
2.2.3- Energia Elétrica	1.770,02	2.3.13- Hospedagens Hotéis	0,00	Total Geral dos Investimentos R\$	21.696,50
2.2.4- Honorários Advocáticos	0,00	2.3.14- Material de expediente	302,80	5- Resultado Geral do exercício 10.2014 (3-4)	-66.300,74
2.2.5- Honorários Contábeis	2.172,00	2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00		
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00	2.3.16- Outras despesas diversas	3.817,82		
2.2.7- Serviços Gráficos	4.100,00	2.3.17- Manutenção e Conservação	931,06		
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.056,90	2.3.18- Homenagens e Condecorações	1.413,40		
		2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	289,61		

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa

Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

MEMÓRIAS DO TEATRO GOIANO, EM TRÊS VOLUMES – HUGO ZORZETTI

Importante resgate histórico escrito por quem viveu e faz parte de forma ativa da história do teatro em Goiás. O relançamento da obra, desta vez pela Editora da UFG, é novamente dividido em três volumes: A cena na capital, A cena no interior e A cena na ditadura. Hugo Zorzetti é ator, dramaturgo e diretor goianiense, e também um dos fundadores do Curso de Artes Cênicas da UFG.
(Larissa Quixambeira – Estagiária).



NOVIDADES NA PRATELEIRA

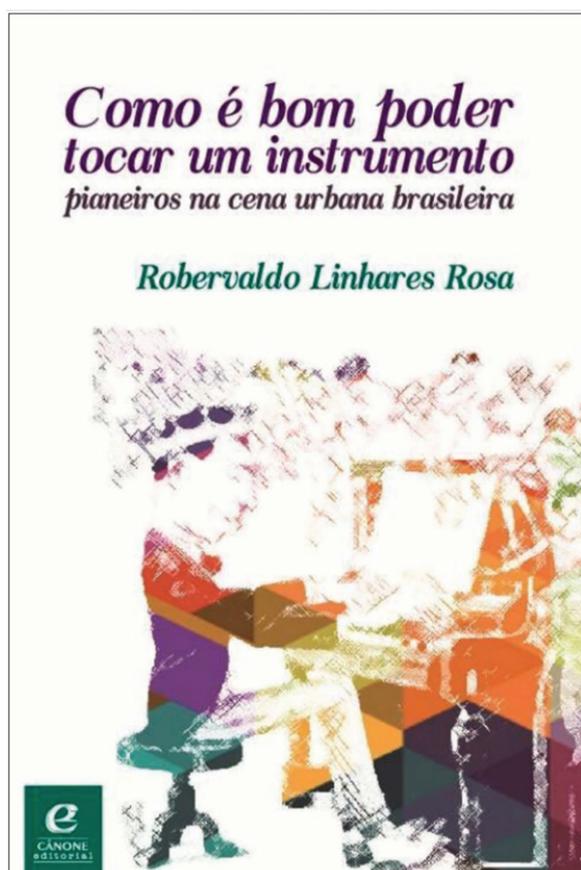
Entre novas edições e trabalhos inéditos, confira as previsões de publicações para este primeiro semestre de 2015 de obras escritas por professores da UFG.

Como é bom poder tocar um instrumento – pianeiros da cena urbana

Pianeiro é um termo inventado para se referir de forma pejorativa ao instrumentista popular, que se apresentava em festas, muitas vezes sem saber as partituras, mas especialista em improviso. O livro “Como é bom poder tocar um instrumento – pianeiros da cena urbana”, de autoria do professor Robervaldo Linhares Rosa, da Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC) da UFG, aborda a importância dos pianeiros na cena cultural brasileira.

A obra é resultado da tese de doutorado em História do professor Linhares pela Universidade de Brasília (UnB) e traz nomes como Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth, Aurélio Cavalcanti, Sinhô, Carolina Cardoso de Menezes e Tom Jobim para contar a evolução histórica, social e musical dos pianeiros no Brasil. O livro recebeu o Prêmio Funarte de Produção Crítica em Música, em 2013.

Robervaldo
Linhares Rosa
Cânone Editorial



Ninguém come PIB: economia como se a ecologia importasse

Tratar de economia sob a perspectiva da ecologia, de maneira leve, que seja compreensível para os leigos e ainda interessante e instrutivo para especialistas. Este foi o desafio assumido pelo ecólogo dos Estados Unidos, Eric Davidson e que deu origem ao livro “You can’t eat GNP: economics as if ecology mattered”. Aqui no Brasil, o livro recebeu o título de “Ninguém come PIB: economia como se a ecologia importasse”, com a tradução da professora e pesquisadora da Faculdade de Letras da UFG, Maria Cristina Delacorte. A temática central do livro explica como conceitos e ferramentas da área da economia não podem ser aplicados quando se trata de coisas concretas, como solo, florestas, lixo, etc; oferecendo um caminho para uma economia ecologicamente correta, que reconhece os recursos naturais dos quais dependemos.

Erick A. Davidson. –
tradução da professora
Maria Cristina Dalacorte



LANÇAMENTOS CEGRAF 1º SEMESTRE DE 2015

- Geometria axiomática / Bryon Hall
- A memória nas órbitas do real / Marcela T. Almeida
- Vida sertaneja: aspirações metropolitanas / Sérgio Moreyra
- Relações de trabalho no campo / Sérgio Moreyra
- Aprendendo com os erros / Francisco Quaresma de Figueiredo
- Entre dois mundos / Selma Parreira
- Psicologia e transformação / Fernando Lacerda et al. (Organizadores)

ARTES CÊNICAS

“Fuga 7” surpreende pela maturidade

Festival se consolida como marco da criação cênica em Goiás

Com 22 espetáculos e performances, além de oficinas e palestras, a Escola de Música e Artes Cênicas registrou com sucesso a sétima edição do Festival Universitário de Artes Cênicas de Goiás, o Fuga 7, entre novembro e dezembro de 2014.

Sucesso de público, com lotação máxima de várias sessões; sucesso de produção e de resultados acadêmicos e artísticos: docentes comprovaram a maioria do trabalho de seus orientandos em ação.

O ponto alto foram os espetáculos em que estudantes se assumiram atores criadores e dividiram responsabilidades junto a seus diretores. “As performances foram latentes”, comemora o professor Kleber Damaso, um coordenadores do Fuga 7 – o festival é organizado por coletivos de professores da Emac.

“A universidade prima por esse formato, porque estabelece um compromisso maior do aluno com a realização, o que é algo sempre muito complexo por causa das relações hierárquicas”, explica o professor.

Outro aspecto comemorado pelos docentes da Emac foram os resultados obtidos a partir da integração entre os cursos

de Artes Cênicas e Direção de Arte. Isso rendeu melhor produção visual, de áudio, cenografia. “Tudo ficou mais arrojado por causa da transdisciplinaridade”, diz Kleber.

Integração que se traduz também no intercâmbio com pesquisadores de outros Estados e países. Já houve edições com artistas portugueses, argentinos. Em 2014, houve colaboração de Andre Carrera, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e do médico e ator Vitor Pordeus, do Rio de Janeiro.

“O Fuga 7 surpreendeu também pela ocupação das redes sociais e pela mobilização do grande número de pessoas, com baixo custo, o que deflagra a importância da continuidade. A arte contemporânea é entendida como elitista, mas isso é efeito da descontinuidade”, diz Kleber.

O festival, criado em 2007, surgiu da necessidade de estudantes e professores de Artes Cênicas criarem espaços para apresentar resultados anuais das disciplinas de Oficina do Espetáculo. De lá para cá, tornou-se a principal data do calendário acadêmico do curso de Artes Cênicas e se firma como referência de produção cênica em Goiás.



Estudantes do curso de Conjunto Musical se apresentam durante avaliação no auditório da Emac

MÚSICA

Performance aprimorada na Emac

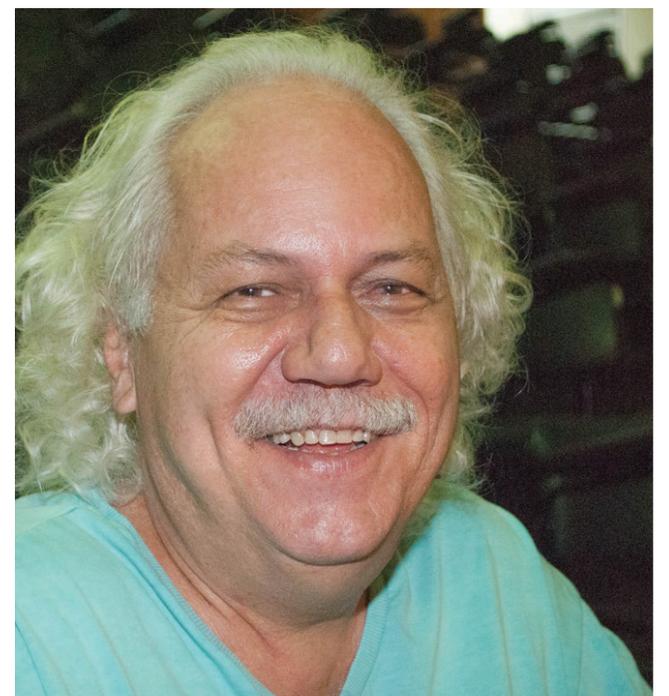
A melhoria da qualidade da música popular produzida em Goiânia, com a aparição de grupos musicais cada vez mais inventivos, pode ser efeito do aumento de investimentos públicos e privados em festivais, projetos de fomento.

Mas certamente também é resultado do trabalho da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac), que nos últimos 15 anos investe no aperfeiçoamento teórico e prático dos artistas estudantes que atuam em Goiás e fora.

Uma das frentes desse trabalho é a disciplina de Conjunto Musical, ministrada pelo regente Jarbas Cavendish, cujo foco é aprimorar a performance dos músicos, dentro dos gêneros da música popular ocidental contemporânea.

“A disciplina prioriza repertórios de obras originais, composições ou transcrições”, diz o professor. “Proporcionar a concepção de arranjos, direção musical e aprimoramento da performance, leitura musical, concepção, execução e interpretação de peças”, explica.

O foco é a performance musical, mas o professor orienta o artista no palco quanto a posicionamento, postura, fala. “Na Emac nos trabalhamos e interferimos efetivamente para que esse quadro (de melhoria) se estabeleça”, garante.



Professor Jarbas Cavendish, maestro criador da Banda Pequi: orientação produz melhores apresentações



Exemplo de autonomia artística entre estudantes, “A Caolha” foi sucesso de público. É uma adaptação circense do conto homônimo de Júlia Lopes de Almeida, que explora a vida de uma mulher sem o olho esquerdo, cujo filho era conhecido por “filho da caolha”.

Ricardo Alvez

Um dos momentos altos do Fuga 7, “Antigo Na Cidade” ocupou espaços da cidade para uma reflexão sobre a lei e a ética, de retomar o mito grego de “Antígona”, no conflito entre a lei e o dever familiar, como forma de dialogar com o nosso tempo.

Léo Macário

HOMENAGEM PÓSTUMA

Vida dedicada à medicina

Incansável, Joffre Rezende foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina e um dos maiores nomes da medicina no país. Heitor Rosa, também docente da FM, conta como conheceu o professor Joffre e a importância de seu mentor.

Um dos mais respeitados gastroenterologistas do país, Joffre Marcondes de Rezende foi professor emérito da UFG e um dos poucos professores *honoris causa* da UnB. Faleceu no dia 26 de janeiro passado. Os títulos refletem uma vida de intensa dedicação à prática da medicina e, também, à Universidade Federal de Goiás. O professor ainda foi editor da Revista de Medicina Goiana por 35 anos.

Nascido no interior de Minas Gerais, Joffre graduou-se em Medicina no Rio de Janeiro, na então Faculdade Nacional de Medicina, que hoje faz parte da UFRJ. Mudou-se com sua esposa e dois filhos para Goiânia em 1954, tendo em vista as possibilidades de uma melhor colocação profissional. Na capital, filiou-se à Associação Médica de Goiás e, então, participou ativamente das discussões pela fundação de uma faculdade de medicina no estado.

Na época não havia nenhuma faculdade de medicina na região, o que levava os aspirantes à profissão a terem de se deslocar para o Rio de Janeiro ou para São Paulo. Em entrevista à Revista UFG, concedida em agosto de 2007, Joffre destacou a participação do professor Francisco Ludovico, de quem foi também colega de turma no Rio de Janeiro. “Foi realmente o mentor, a pessoa que tinha maior prestígio para levar à frente essa ideia e, quando o pai dele se tornou governador, ficou mais fácil, naturalmente, obter a aprovação das autoridades federais”, disse Joffre na entrevista.

À época, enfrentava-se bastante resistência em relação à criação do novo curso. Apesar disto, a Faculdade de Medicina de Goiás acabou sendo criada, surgindo em abril de 1960. Foi uma instituição privada até dezembro daquele ano, a partir de quando integrou as faculdades da recém-criada Universidade Federal de Goiás. A nova faculdade tinha como projeto a construção de um hospital universitário. Os recursos para ampliação do prédio cedido pelo estado, no entanto, não eram suficientes.

Reformas foram feitas e instalações provisórias acomodaram departamentos do hospital e acabaram por tornar-se permanentes, após novas reformas e expansões. O projeto original do hospital, que havia sido planejado pelo primeiro diretor da Faculdade, Francisco Ludovico, nunca saiu do papel.

Exemplo

Heitor Rosa, também docente da Faculdade de Medicina, quando estava no terceiro ano do curso de Medicina, foi aluno

do professor Joffre. Ali surgia uma amizade que se fortaleceria no sexto ano, durante o período de internato. Heitor explica que na época, pedia muito a orientação do professor Joffre.

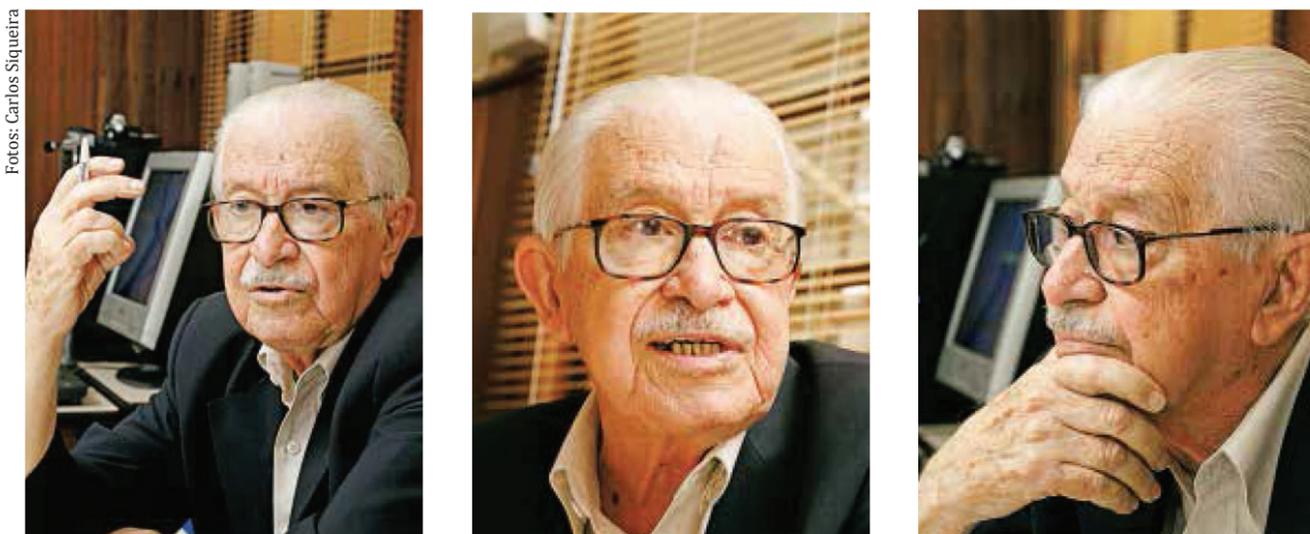
Um dos conselhos mais relevantes deu-se quando Heitor conseguiu uma bolsa de pesquisa na Bahia com um renomado pesquisador. A bolsa garantiria até mesmo um período em Nova Iorque. O problema? Era uma bolsa no setor de obstetrícia. Quando foi pedir a orientação de Joffre, “ele ficou indignado, praticamente me tomou a passagem ‘você não é, e nem vai ser ginecologista, você é clínico, você vai ser gastroenterologista’ e me tornei gastro por influência dele”, conta Heitor.

Com o apoio do entusiasmo de Joffre pela profissão, Heitor viajou para Inglaterra, onde estudou no mais famoso instituto de fígado da época. Voltou ao Brasil como professor assistente da Faculdade de Medicina, trabalhando com seu mentor. Quando Joffre se aposentou, assumiu a chefia do departamento. Juntos, fundaram o Institu-

to de Gastroenterologia entre 1968 e 1972. Candidatou-se a diretor em 1972, sendo eleito por seus pares. Seu nome, no entanto, foi rejeitado pelo governo militar, que então, nomeava a direção das faculdades por meio de lista sêxtupla. Em 1982, o professor Joffre foi o segundo indicado na lista tríplice para reitor. Os militares, no entanto, preferiram nomear Maria do Rosário Cassimiro, que era a terceira da lista.

Tais questões não atrapalharam, no entanto, o empenho de Joffre para o fortalecimento da Faculdade de Medicina e da própria UFG. Como explica o professor Heitor Rosa, que manteve amizade de mais de cinquenta anos com o ex-mentor, Joffre “não era uma pessoa bem vista na época da ditadura, foi eleito para direção da faculdade, mas teve o nome vetado. Isto não impediu que ele trabalhasse e pesquisasse bastante”.

Após a recusa de seu nome para o cargo de diretor da Faculdade de Medicina, Joffre foi convidado pelo então reitor,



Professor Joffre Rezende: “Ele foi um filólogo, um purista da língua portuguesa e poucos dominam o idioma como ele. Ele tinha um perfeccionismo e ritmo muito interessante”, aponta Heitor Rosa.

to de Gastroenterologia.

“Ele foi um personagem de inúmeras facetas. O que chama atenção primeiro é a seriedade profissional dele, a capacidade que sempre demonstrou na pesquisa, na inovação, adquirindo com isto uma credibilidade nacional e internacional que honrava muito a Universidade. Um homem absolutamente íntegro, de uma integridade pessoal e científica elevada a uma grande potência. Uma pessoa reta, de coração muito grande, que jamais abriu mão de suas convicções, uma verdadeira escola de ética. Humano, humanista, ético e com dedicação absoluta a Medicina”, conta Heitor.

Quando perguntado sobre a maior lição que aprendeu com Joffre, Heitor não titubeia: “Ética antes de tudo. E segundo, e também, a conhecer os limites da nossa ignorância. Exercer uma medicina absolutamente correta, com seriedade”.

Direção

Joffre chefiou o Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina entre 1963 e 1968. Foi vice-diretor

professor José Cruciano, para fundar a Editora da UFG. Ele manteve-se no cargo por quatro anos, até a ascensão de Cassimiro à reitoria.

Academia

Joffre foi quem descobriu que a doença de Chagas causava o megaesôfago, um aumento no diâmetro do órgão. Joffre pesquisou os efeitos da doença e classificou o grau de comprometimento do esôfago em função disto. Até então, não haviam informações sobre os efeitos da doença de Chagas no aparelho digestivo, o que culminou na proposição de uma nova forma clínica para a enfermidade.

Na Faculdade de Medicina, foi sempre um incentivador do ensino da História da Medicina. Heitor Rosa comenta que Joffre acabou influenciando a criação de uma disciplina no curso e conta que o professor tem em seu acervo pessoal inúmeros livros sobre o tema, assim como já realizou viagens para a Grécia para conhecer lugares onde Hipócrates discursava. O assunto foi tema de livro de Joffre Marcondes de Rezende.